

A abordagem integral da Agricultura Familiar¹

Humberto Oliveira

A Agricultura Familiar é uma força política emergente no meio rural

A declaração das Nações Unidas de que em 2014 se comemora o Ano Internacional da Agricultura Familiar vem se revelando como um momento histórico para o mundo rural do século XXI. Sem dúvida é um reconhecimento para cerca de 2,0 bilhões de pessoas que habitam o planeta se dedicando a uma atividade milenar, a agricultura – e na sua forma mais original, a agricultura familiar - responsável pela primeira grande revolução da história da civilização humana.

Esse reconhecimento eleva a agricultura familiar a uma condição muito especial no cenário mundial, ao trazer visibilidade para esta população, que em 500 milhões de unidades produtivas familiares nos cinco continentes, cumpre importantes papéis na vida e no desenvolvimento das nações. Esses múltiplos papéis que somente a agricultura de base familiar é capaz de cumprir, por sua natureza própria, garantiu a sua preservação e a sua reprodução no meio rural, coexistindo com uma agricultura assentada na lógica industrial de produção, favorecida pela aplicação do conhecimento científico que a sociedade acumulou, especialmente nos campos da química e da genética.

Essa revelação de uma agricultura familiar tão numerosa e tão estratégica para as atuais sociedades modernas e urbanizadas, que mantém seus vínculos com o passado mais remoto e recupera a importância da vida rural, demonstra a necessidade do apoio de políticas públicas para que ela passe a ser tratada como parte da solução do futuro da humanidade e da vida no planeta e não como um estorvo, como algo não resolvido do passado no processo civilizatório.

¹ Texto de palestra: Encuentro Centroamericano y de República Dominicana sobre Agricultura Familiar. San Salvador, El Salvador, noviembre de 2014.

Este é, portanto, o momento crucial de aproveitar o potencial mobilizador de capacidades e energias políticas do Ano Internacional da Agricultura Familiar, para avançar na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável tão almejado e requerido nas circunstâncias atuais, tendo a agricultura familiar como grande e potencial aliada.

O primeiro passo nessa direção é o reconhecimento de que o uso recente do conceito político de agricultura familiar tornou visível agricultores anteriormente marginalizados, revelando uma força política emergente no meio rural. A agricultura familiar, de uma forma muito surpreendente, em curto espaço de tempo, passou a ser a principal referência de organização da pauta política dos movimentos sociais do campo e em apenas duas décadas, esses movimentos sociais conseguiram colocar a agricultura familiar no mais alto nível de visibilidade de uma ideia força, com a declaração da ONU do Ano Internacional da Agricultura Familiar, mobilizando 360 entidades de 60 países na reivindicação do AIAF 2014.

Nesta trajetória ascendente governos, academia, organismos de cooperação internacional, cooperativas, organizações da economia solidária, partidos políticos e a sociedade em geral passaram a referir-se a um conceito organizador com o qual todos identificam um tipo de agricultura em cujo centro de decisões e trabalho na unidade de produção está a família.

O resultado prático e imediato é o reconhecimento de uma categoria importante no meio rural, que tem uma representação numérica significativa correspondente a uma parcela considerável de população formada por homens e mulheres que habitam os territórios rurais de cada país. Na América Latina e Caribe são mais de 70 milhões de pessoas em 17 milhões de unidades de produção familiar, que em geral representam a maior parte dos estabelecimentos agropecuários em cada um dos países. A produção proveniente desses estabelecimentos é muito alta. O valor agregado agrícola varia de 19 a 60% entre os países os países das regiões sul e andina na América do Sul e na América Central. O mais importante é que esta produção está diretamente associada a dieta básica consumida pelos latino americanos, sendo ela fundamental no campo da segurança alimentar. Mas, também se produz na agricultura familiar fibras, couros, cosméticos, medicamentos, plantas ornamentais, têxteis e madeiras em quantidades importantes e percentuais elevados, variando de país a país.

As sociedades dos países da América Latina começam a compreender de forma muito evidente a existência e a participação estratégica da agricultura familiar na formação do valor bruto da produção, na ocupação de mão de obra no campo, na sua associação com modos sustentáveis de produção, como a produção orgânica, biodinâmica ou agroecológica. Também já começa a ser compreendida a relação entre a agricultura familiar e a guarda das tradições e do modo de vida no meio rural, com estreita relação entre a proteção de variedades de produtos sujeitos ao desaparecimento e extinção, e a diversidade de alimentos e de formas de processá-los, que asseguram uma riqueza gastronômica ainda presente no planeta.

Com o reconhecimento vem aumentando o número de políticas públicas destinadas a agricultura familiar, como planos, programas e projetos específicos no setor agrícola voltados ao financiamento, à assistência técnica, a seguros agrícolas e as compras públicas de produtos da agricultura familiar. Os governos vêm demandando projetos de cooperação técnica com organismos multilaterais para encontrar novas metodologias, enfoques e conteúdos para a implantação e a gestão de políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina e Caribe. Por outro lado os setores acadêmicos aumentam o seu interesse pelo tema fazendo surgir novos estudos, pesquisas e cursos destinados a estudar a agricultura familiar, os territórios e o desenvolvimento rural.

Estão surgindo cooperativas e organizações econômicas de agricultores familiares em todas as partes, em que se buscam formas de representação mais adequada ao interesse dessa categoria e especialmente sistemas de governanças em que seja possível atuar com a diversidade e a grandeza numérica de agricultores familiares, com ganhos de eficiência na condução dos negócios e manutenção ou preservação de métodos democráticos e participativos na gestão dos empreendimentos.

Essa força política mobilizada em torno da agricultura familiar, na medida em que se espalha para cada país e cada região do continente, face as particularidades encontradas no meio rural, vai apontando para a necessidade de ampliação do debate e inclusão de velhos e conhecidos temas como a pobreza rural, o acesso a terra, as relações de gênero e geração, os modos de produção indígena e camponês, além de outros considerados atuais e não menos importantes como aqueles relacionados ao cambio climático, a compreensão de uma nova ruralidade e o uso do enfoque territorial. O fato comum é que tantos os novos como os velhos temas estão sendo trazidos a partir desse conceito

organizador que é a agricultura familiar. Estão sendo colocados na mesa do debate a partir de um reconhecimento da importância estratégica da agricultura familiar e dos seus resultados, diferentemente de um debate conduzido exclusivamente pelo viés ideológico, muitas vezes externo aos próprios interesses dos atores políticos do meio rural. Trata-se, portanto de um momento ímpar no continente em que se pode avançar para construir novas soluções em que a agricultura familiar e o rural consigam ter um protagonismo marcante e se constituam como uma alternativa ao desenvolvimento das nações latino americanas.

Para que este momento seja adequadamente aproveitado, há que se consolidarem nas instituições que atuam na representação e no apoio à agricultura familiar três ideias centrais, tomadas como corolários essenciais para a formulação e gestão de políticas públicas: 1) a diversidade da agricultura familiar não é um problema, é uma vantagem, uma riqueza sobre a qual se constroem soluções; 2) a agricultura familiar desempenha múltiplas funções no meio rural, sendo uma particularidade exclusiva desse tipo de agricultura; 3) a agricultura familiar por sua natureza é territorial.

A diversidade da agricultura no mundo, e em particular na América Latina, vem do seu mimetismo, que é a capacidade de adaptar-se às diferentes situações ambientais, sociais, políticas institucionais e econômicas dos territórios rurais. Assim a agricultura familiar praticada na região amazônica é diferente da agricultura familiar realizada na região andina sendo ambas agriculturas familiares. Também são agriculturas familiares aquelas que se dedicam ao autoconsumo e as que se destinam aos mercados, incluindo o mercado externo. Os que produzem alimentos a partir das suas explorações agrícolas ou pecuárias e os que produzem matérias primas, produtos ornamentais ou ainda os que produzem agro bioenergia são todos eles agricultores familiares que se diferenciam pelo tipo de produção e sua inserção econômica nos mercados. Estão na agricultura familiar os sem terra, os assentados da reforma agrária, os que possuem pequenas áreas agrícolas e os que possuem áreas maiores, manejadas sempre pelo trabalho da família que tem autonomia na gestão da unidade de produção. A agricultura familiar é camponesa, indígena, quilombola, extrativista, ribeirinha, assim como é comercial ou empresarial. A agricultura familiar é praticada com técnicas rudimentares de cultivo e com a incorporação de tecnologias modernas de produção, sendo agriculturas familiares de diferentes resultados na produtividade e na geração de renda. Ainda que a agricultura familiar seja necessariamente empregadora de mão de obra, também se diferencia pela

intensidade de mão de obra empregada e embora seja desejável uma agricultura familiar agroecológica ou orgânica, a grande maioria dos agricultores familiares que produz para os mercados ainda não adota esse modelo sustentável de produção, e ainda assim preserva a sua condição de agricultor familiar.

Essa diversidade reconhecida e valorizada é uma vantagem excepcional da agricultura familiar que lhe permite uma abrangência capaz de representar uma força política no continente que justifica a necessidade de mais e melhores políticas públicas que atenda a todas as agriculturas familiares. Neste caso, o esforço precisa ser no sentido de construir e ampliar alianças entre as diferentes agriculturas familiares, em lugar de estabelecer filtros e excluir parte dos agricultores familiares, por normativas e condicionantes que reduz o contingente representado e levam a maniqueísmos de toda espécie, criando os bons e maus agricultores familiares, a depender dos critérios de quem os utiliza, podendo ser bons os modernos ou os tradicionais, os comerciais ou os de autoconsumo, os de baixo ou de alto rendimento econômico, os com pouca terra ou aqueles que têm terras suficientes, os camponeses ou os empresários.

Essa diversidade da agricultura familiar é o que lhe permite realizar as suas múltiplas funções em uma sociedade, cumprindo um papel no desenvolvimento do território rural ou do país. A agricultura familiar em sua diversidade pode contribuir com a produção de bens e serviços para uma sociedade de maneira ampla, capaz de atender a diferentes objetivos na dimensão econômica, ambiental ou sociocultural. É nesses termos que a agricultura familiar está cada vez mais relacionado a objetivos estratégicos como o da segurança alimentar e nutricional por sua capacidade de produzir alimentos para um território, uma região ou um país, assim como está relacionada a sua capacidade de geração de renda e dinamização econômica dos territórios rurais, por sua capacidade produtiva e pela oportunidade de gerar ocupação e trabalho no meio rural.

Do ponto de vista socioeconômico a agricultura familiar, com o estímulo de novas políticas públicas de transferências diretas e voltadas a inclusão produtiva, vem respondendo a redução da pobreza rural, melhorando tanto o acesso a alimentação, como ampliando os níveis de renda das famílias. É cada vez maior o número de unidades de produção da agricultura familiar que vão gerando excedentes comercializáveis, assim como cresce o número de unidades agroindustriais familiares. Programas de compras públicas criados pelos governos estão entre as principais formas

de geração direta de renda para a agricultura familiar, que estimula o aumento da produção de excedentes, influenciando também a melhoria da qualidade dos produtos e por sua vez a incorporação de conhecimentos e tecnologias nos processos de produção ofertados por serviços de assistência técnica e extensão rural.

Mas a agricultura familiar também cumpre um papel fundamental na ocupação do meio rural, mantendo o interesse vivo das pessoas por sua cultura, pelas relações de proximidade e pela construção de um tecido social onde se destacam territórios de identidade que se revelam por sua diferenciação em relação a outros territórios rurais e se integram a identidade de um país ou de uma região, preservando características peculiares ao seu modo de vida. É neste sentido que se diz que a agricultura familiar é responsável pela guarda do patrimônio cultural de um território rural, onde estão conhecimentos e saberes relacionados a várias manifestações populares na dança, na música, na literatura, na culinária. Conhecimentos esses que por sua vez estão vinculados ao trabalho e a própria biodiversidade local, como é exemplo maior a relação entre as tradições da culinária com a existência de espécies e variedades locais, crioulas, de sementes, raças, de origem daquele território específico.

A guarda do patrimônio natural, incluindo a água, as vegetações e os solos é função que realiza a agricultura familiar, muitas vezes silenciosamente, sem um atributo de valor comercial, sem um preço determinado, porém é um serviço ambiental da mais alta relevância para um país, assim como é a ocupação física dos territórios relacionada aos temas da segurança nacional, principalmente em regiões de fronteiras.

Essa multiplicidade de funções que cumpre a agricultura familiar somente é possível dada a sua diversidade, onde no seu conjunto diversificado de situações é possível oferecer mais ou menos de um produto, de um serviço ou de um bem a uma sociedade. É por essa razão que a agricultura familiar precisa ser vista em sua diversidade inserida em seu território, já que a terceira premissa aqui apontada é que a agricultura familiar é por natureza territorial.

A agricultura familiar não é uma unidade de produção individual e nem é a soma aritmética das unidades de produção de um território. Como já foi visto, a agricultura familiar tem como uma de suas características a sua ampla diversidade e os territórios rurais, em geral, são conformados por essas agriculturas familiares, que o moldam e por

ele são moldadas. Na maioria das vezes prevalece uma agricultura familiar em determinado território frente a outras situações de agricultura familiar que coexistem e as vezes disputam concepções e projetos. É preciso entender que entre as agriculturas familiares de um território tanto é possível existir complementariedades, cooperação ou conflitos. Uma das capacidades a se desenvolver para o avanço da agricultura familiar na América Latina e Caribe é a de realizar a leitura adequada de que tipos de agriculturas familiares um território está composto. Quais são os seus interesses comuns e quais são os interesses específicos, como se relacionam, qual o grau de cooperação e de conflito e como podem formar alianças estratégicas em torno de projeto ou de um sistema territorial de agricultura familiar?

A Agricultura Familiar convida a uma releitura do mundo rural

O surgimento nos últimos anos dessa ideia força em que se transformou a agricultura familiar, capaz de atrair a atenção de governos, academia, cooperação internacional, cooperativismo e outros setores da sociedade, resultou na busca de outras respostas para a promoção do desenvolvimento rural. Um exemplo contundente é a necessidade de uma releitura sobre o rural, pois ao considerar que a agricultura familiar é por natureza territorial, torna-se fundamental compreender melhor a concepção de ruralidade no mundo contemporâneo, pois é ali que ela está inserida sendo afetada por macro decisões de políticas sobre o rural.

Em outras palavras, o apoio de políticas públicas a agricultura familiar está condicionado em parte ao apoio de políticas públicas para o meio rural. Pouco ou nada vai adiantar que se tenham políticas agrícolas para desenvolver a agricultura familiar, se o meio rural continuar sendo visto como um lugar do atraso, um lugar que ficou para trás no processo de modernização das sociedades urbano-industriais, um resíduo do urbano que está secundarizado em termos de prioridades na destinação de políticas de educação, saúde, segurança, comunicação, transporte, cultura, lazer e infraestruturas.

O fato é que na América Latina, o modelo de desenvolvimento transplantado dos países desenvolvidos do continente europeu e mesmo da América do Norte, levou a uma concentração de investimentos públicos para as áreas metropolitanas, para onde se dirigiu o capital e as empresas, atraindo a população para esses ambientes de

oportunidades de acesso a políticas públicas de melhor qualidade, onde se pode desfrutar minimamente de alguma condição de cidadania.

Como consequência desse processo todos os países da América Latina, sem exceção, apresentam duas situações diametralmente opostas em termos de acesso a políticas públicas e desfrute das condições de cidadania: a das áreas essencialmente urbanas das metrópoles e das grandes e médias cidades de um lado; as áreas essencialmente rurais dos territórios formados por pequenos aglomerados urbanos, remotos e com baixa densidade populacional, de outro. E é nesse segundo ambiente onde está inserida a maior parte da agricultura familiar dos países, o que se conclui em primeira mão que todos os resultados antes anunciados como contribuições da agricultura familiar aos seus países, se realiza nas mais precárias condições de cidadania em que vivem tão importante segmento da sociedade, que produz, gera renda, guarda o patrimônio da sócio biodiversidade das nações, sem receber de forma adequada o reconhecimento materializado em políticas públicas que lhes assegurem condições mínimas de bem estar.

Para piorar o quadro, há quase uma visão predominante de que o suprimento de políticas públicas para atendimento da população desses territórios rurais é mais eficiente quando se atrai essa população para as médias e grandes cidades, ou mesmo para as áreas metropolitanas, pois se torna mais racional o gasto público com a oferta de bens e serviços em áreas de concentração de população e não em locais remotos com população dispersa. Há uma espécie de naturalização de que para os territórios essencialmente rurais e remotos bastam chegar as políticas públicas básicas que assegurem direitos mínimos, visto que são ambientes de pobreza onde o mínimo que se chega já se torna suficiente para melhorar as condições de vida e bem estar de uma população extremamente carente. A visão predominante na gestão pública passa a ser a de mover a população ao invés de encontrar mecanismos adequados de descentralização das políticas e inclusão dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento do país.

O mais grave é que entre a população que se retira dos territórios rurais através desses mecanismos de gestão pública estão os agricultores familiares, especialmente os mais vulneráveis em termos de realização da renda, mas que cumprem as demais funções sociais, ambientais e culturais da agricultura familiar no território. Entre os mais vulneráveis também estão os jovens rurais com a gravidade de comprometer a sucessão

rural e a reprodução da agricultura familiar, provocando o fenômeno do envelhecimento no meio rural. As mulheres também estão entre as mais afetadas, de duas maneiras diferentes, pois em alguns países e regiões elas estão entre as primeiras que saem criando o fenômeno da masculinização no campo ou em outras regiões e países onde são as que ficam como chefes de famílias, em situação ainda mais precária de pobreza e condições de viabilização da unidade de produção.

Tomando qualquer indicador de desenvolvimento em todos os países da América Latina, esses dois mundos diametralmente opostos aparecem com nitidez, demandando uma iniciativa diferente para reverter esse quadro de abandono dos territórios rurais onde a agricultura familiar terá poucas chances de se reproduzir ou mesmo de sobreviver no futuro.

Essa releitura começa por entender o rural como uma forma territorial de vida social, um espaço simultaneamente de produção, de vida e de relações com o meio ambiente. Por essa razão a energia política de todos os que representam, defendem e apoiam a agricultura familiar deve ser mobilizada para essa releitura do papel do rural nas sociedades urbanas e modernas do século XXI, buscando alternativas de viabilizar políticas públicas intersetoriais que criem atrativos para os territórios rurais de forma que os agricultores familiares, especialmente os jovens, se interessem por viver no meio rural, para se interessar em continuar sendo agricultores familiares.

A Agricultura Familiar demanda um novo enfoque ao desenvolvimento rural

Esses novos atores políticos do meio rural, organizados a partir do conceito de agricultura familiar que foi conquistando espaço no cenário político institucional dos países, pautaram outra demanda na formulação e gestão de políticas públicas – um enfoque territorial.

O enfoque territorial no desenvolvimento rural vem preencher uma laguna de estratégia para atuação no meio rural. Passa a ser considerado como uma oportunidade de enfrentar os desafios da descentralização de políticas públicas para um espaço remoto e disperso, composto de pequenos aglomerados urbanos, de baixa densidade populacional, de escassos recursos, incluindo recursos técnicos, e com baixa capacidade

reativa de responder aos estímulos de uma política de promoção de desenvolvimento local.

É por essa razão que se toma o território como uma unidade de planejamento e gestão de políticas públicas para o desenvolvimento rural, considerando uma escala intermediária capaz de promover mobilizações e gerar protagonismo e ao mesmo tempo reunir capacidades de pequenas municipalidades que aumente a musculatura institucional para a realização de projetos que gerem impactos e contribuam com a melhoria do bem estar da população dessas localidades, tendo a agricultura familiar como um dos atores políticos desse processo.

O enfoque territorial atende a essa expectativa de inclusão de pessoas e lugares no projeto de desenvolvimento de uma nação. Diferentemente do caminho do enfrentamento da pobreza pela via exclusiva da proteção social das famílias, cria-se uma alternativa de inclusão dos lugares pobres na rota do desenvolvimento, que seja capaz de oferecer oportunidades de que famílias possam sair da rede de proteção social ingressando em projetos de desenvolvimento pela via da inclusão produtiva. Esse caminho fortalece a agricultura familiar por sua natureza territorial. A agricultura familiar passa a ter vantagens comparativas muito fortes nos territórios que necessitam de projetos que aumentem a inclusão produtiva pela via da produção agrícola e não agrícola.

É também com essa capacidade de inclusão de pessoas e lugares que o enfoque territorial pode apontar soluções para a instalação de equipamentos públicos de qualidade que não se justifica colocar em cada município individualmente, mas torna-se viável em um território, reduzindo as distâncias de acesso da população rural a uma Universidade, a um Hospital de média ou alta complexidade, a um serviço de Comunicação com tecnologia de ponta e outros que exigem certa concentração de população para que se viabilizem.

Outra característica do enfoque territorial é a sua capacidade e possibilidade de promover intersectorialidades que permitam a articulação e a integração de políticas públicas no mesmo território para criar as sinergias necessárias e produzir os efeitos desejados para a população rural e em especial para os agricultores familiares. Tomando o exemplo acima de implantação de uma Universidade no território, que é um feito

setorial da área de educação muito importante, mas que tem necessidade de conectar-se com o projeto de desenvolvimento do território para que o investimento na educação possa ser aproveitado nos projetos sociais, ambientais e econômicos. Parece obvio que assim seja, mas é muito comum a ocorrência de oferta de cursos que não têm relação, por exemplo, com o sistema de produção local, tornando-se os resultados setoriais da educação menos relevante para o território do que poderia ser.

O enfoque territorial por sua capacidade de promover intersectorialidades requer uma atuação do conjunto das instituições governamentais. Essa é uma mudança substancial de paradigma que precisa ser compreendida por todos os que estão envolvidos com o desenvolvimento rural e, em particular com o fortalecimento da Agricultura Familiar. A oferta de políticas públicas no meio rural é responsabilidade do governo e não do setor agrícola, exclusivamente. Isto significa deslocar o eixo da responsabilidade do desenvolvimento rural para o centro coordenador dos governos nacionais, geralmente o ministério responsável pela elaboração e gestão dos planos nacionais de desenvolvimento. Essa mudança é um caminho que precisa ser trilhado a partir do setor rural ou agropecuário, pois é ele que está promovendo o debate sobre a nova concepção de ruralidade e uso do enfoque territorial que implica ação intersetorial e coordenação de governo. E neste sentido a força política da agricultura familiar é capaz de mover o tema nessa direção da responsabilidade institucional dos governos nacionais com o desenvolvimento rural.

Apesar disto, o setor rural, agropecuário ou agrícola, dos governos nacionais continuam sendo um dos mais importantes protagonistas institucionais, pois nem cessa a responsabilidade setorial, ao contrário ela aumenta pois as políticas agrícolas devem ser mais eficientes e mais adequadas e preparadas para a conexão intersetorial, e depois o setor deve ser permanentemente um articulador e mobilizador do processo de construção da intersetorialidade, visto que os principais beneficiários, não os únicos, serão os agricultores familiares dos territórios rurais.

Por fim o enfoque territorial é fundamental para a agricultura familiar por sua condição intrínseca de promover protagonismo dos atores locais, uma vez que se reconhece no enfoque territorial que não há desenvolvimento sem uma participação ativa dos atores políticos locais da sociedade civil e dos governos. Essa é uma particularidade do enfoque territorial para o desenvolvimento que se diferencia de uma territorialização das

políticas públicas que é uso do território como uma plataforma de aterrissagem de ações do governo, como fazem as empresas quando reconhecem o potencial dos territórios para a realização dos seus projetos econômicos e usam o território para extrair as vantagens competitivas e comparativas que aumente seus ganhos e resultados.

No enfoque territorial para o desenvolvimento rural, a participação dos atores locais é uma condição inerente ao processo em si, onde se constroem os planos e projetos estratégicos territoriais e se estabelece a sua vinculação com o projeto nacional, apresentado pelo governo, que também é protagonista no desenvolvimento do território. Os governos nacionais e estaduais (quando existem governos estaduais nos países) também exercem sua participação através de seus representantes nas instâncias coletivas de decisão nos territórios, pois eles aportam recursos e também são portadores das metas nacionais contidos no projeto país, que é parte essencial do próprio projeto territorial, pois a ele deve se vincular, como parte integrante.

E os agricultores familiares em sua diversidade presente no território e mediante a proporcionalidade de sua força política, participação cívica e múltiplas contribuições ao desenvolvimento do território devem estar necessariamente representados nas instâncias coletivas criadas para a gestão territorial de políticas públicas. Devem exercer esse protagonismo, no entanto, compartilhando com as demais forças e grupos de interesse presentes e atuantes nos territórios, inclusive os que lhe são contrários, para que os acordos e pactos territoriais sejam reais e possíveis de executar. Ainda que não contemplem integralmente os desejos e aspirações dos agricultores familiares os planos e projetos territoriais que sejam resultados de pactos nos territórios podem significar avanços gradativos, pois são geralmente pautados na real avaliação de conflitos de interesse e na formulação de acordos entre partes, deixando os contesiosos para outros ambientes da disputa, que não a instância colegiada de gestão territorial.

A Agricultura Familiar aponta para o desafio da construção de políticas públicas diferenciadas

Todo esse processo de crescimento da Agricultura Familiar como uma força política no cenário rural da América Latina pode levar a um estágio de elaboração de políticas

públicas diferenciadas para o meio rural, para os territórios rurais e para a agricultura familiar, extremamente necessário para tratar diferente, os desiguais.

Se há algo comum nos países latino americanos, que resultou do modelo de desenvolvimento urbano-industrial seguido por todos, é a marca das desigualdades. O preceito universal do tratamento igual a todos os cidadãos latino americanos gera políticas públicas homogêneas, que ainda que chegasse igualmente a todos manteria quase inalterado os índices das desigualdades. Em certa medida é o que vem ocorrendo com a queda muito lenta do índice gini das desigualdades no Brasil, país que promoveu uma inclusão social sem precedentes na região, com 40 milhões de pessoas que saíram da situação de pobreza.

As desigualdades nas sociedades latino americanas se apresentam de diferentes formas e uma delas, pouco explorada como uma desigualdade que gera outras desigualdades, é a desigualdade entre os lugares, especialmente entre o urbano e o rural. Sendo mais abrupta essa diferença quando se trata dos espaços essencialmente urbanos como as regiões metropolitanas, médias e grandes cidades e os espaços essencialmente rurais dos territórios rurais remotos nos lugares mais recônditos dos países, onde o acesso às políticas públicas mais elementares é marcado pelas enormes distâncias e tempos de deslocamentos a que se submetem os mais pobres e os que mais delas precisam.

Mas, não há uma cultura na gestão pública de elaboração de políticas diferenciadas, que leve em consideração as compensações nos orçamentos, estratégias mais adequadas, ajustes específicos nos desenhos, metodologias para facilitação de acessos, flexibilidades legislativas e outras providências que leve em consideração o uso de tipologias específicas e discriminação positiva no meio rural, nos territórios e na própria agricultura familiar, salvo raras exceções.

Uma das exceções é a própria diferenciação de políticas públicas para a Agricultura Familiar na área do crédito rural, da assistência técnica, nas compras públicas e outras que modificam os normativos e as condições de acesso. Ainda assim essas políticas públicas agrícolas diferenciadas, pouco consideram as diferenças internas dentro da própria agricultura familiar, esbarrando num piso em que não desce para os mais pobres e para os que mais precisam do fomento público. De forma que alguns acessos já tocam um limite muito baixo de alcance dessas políticas. Mesmo no Brasil, onde as políticas

públicas para a agricultura familiar são abundantes, chega-se a limites muito baixos de acesso, como o caso do crédito rural e da assistência técnica. Limites que não têm relação com a disponibilidade orçamentária, mas com o desenho em si das políticas que não oferecem condições de acesso a uma parte considerável de agricultores familiares diferenciados.

Esse tema é bastante desafiador pois requer mais estudos e conhecimentos das características específicas de cada tipo em que se pode classificar em cada país o rural, os territórios rurais e os agricultores familiares, partindo do princípio do reconhecimento da heterogeneidade e diversidade que lhe são inerentes. Também é desafiador pela exigência de criatividade para encontrar soluções justas com bases em diferenciações que estimulem a superação de certas condições e não que estimulem a permanência na situação do benefício da política pública diferenciada.

Mais uma vez, o enfoque territorial pode ser uma estratégia que traga contribuições ricas na construção de políticas públicas diferenciadas para o meio rural, para os territórios rurais e para a agricultura familiar, tanto pela possibilidade de diferenciação entre os territórios, como pela diferenciação interna e pela construção de alianças para contemplar a diversidade no interior dos territórios, criando oportunidades de participação nos planos e projetos territoriais, mediante condições específicas. Além de que é possível no território estabelecer mecanismos de controle social sobre os beneficiários de políticas públicas diferenciadas, tendo em vista a relação de proximidade e mútuo conhecimento entre os atores locais.

De todo o exposto espera-se que os elementos trazidos a essa reflexão sobre a articulação da Agricultura Familiar com o mundo rural e com os territórios rurais contribuam para argumentar sobre a necessidade de construção de políticas públicas diferenciadas que crie condições de que a Agricultura Familiar possa realizar suas múltiplas funções nos territórios e na sociedade em que está inserida, considerando a sua vantagem de ser uma agricultura familiar diversificada e que, ao mesmo tempo, está unificada em um conceito de natureza política. A Agricultura Familiar revela que novos atores sociais e produtivos do meio rural estão comprometidos com o futuro da humanidade e com o planeta, o que pode ser explorado como o mais importante legado do Ano Internacional da Agricultura Familiar – 2014.